



AUDITOR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS

Prova Escrita Objetiva - Nível Superior Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo sessenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **3 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

4

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
 - Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
 - Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
 - Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
 - Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
 - Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
 - O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
 - Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
 - Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!**

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

1

Os princípios básicos que definem as boas práticas de governança foram concebidos no âmbito empresarial, mas podem ser aplicados em larga medida às entidades da administração pública.

No contexto da gestão pública, a adoção de políticas e ações que promovam justiça social entre os habitantes de um território, com vistas ao bem-estar social, está associada ao princípio do(a):

- (A) accountability;
- (B) equidade;
- (C) prestação de contas;
- (D) responsabilidade;
- (E) transparência.

2

Um dos componentes da Estrutura Integrada de Gerenciamento de Riscos proposta pelo COSO é a Identificação de Eventos.

De acordo com as diretrizes desse componente:

- (A) as técnicas de identificação de eventos devem ter foco em perspectivas futuras;
- (B) eventos cujo impacto é positivo contrabalançam os impactos negativos dos riscos;
- (C) eventos ocorridos no nível estratégico se sobrepõem aos ocorridos no nível operacional;
- (D) eventos que representam oportunidades devem ser mais enfatizados do que eventos que representam riscos;
- (E) o grau de profundidade na identificação de eventos deve ser homogêneo em organizações com objetivos semelhantes.

3

De acordo com o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), o Código de Ética estabelece os princípios e expectativas que guiam o comportamento dos indivíduos e organizações na condução da Auditoria Interna.

Acerca dos princípios e expectativas contidos no Código de Ética, é correto afirmar que:

- (A) a integridade prevê que um auditor interno deve se envolver somente com serviços para os quais possua as habilidades necessárias;
- (B) a rejeição a qualquer coisa que presumidamente possa prejudicar o julgamento profissional refere-se a uma conduta íntegra;
- (C) são fornecidos os requisitos mínimos de conduta e expectativas comportamentais, e não atividades específicas;
- (D) melhorar continuamente a qualidade dos serviços é uma regra de conduta relativa à integridade;
- (E) o dever de fazer as divulgações esperadas pela legislação e pela profissão é uma regra de conduta relativa à objetividade.

4

As Normas Internacionais para o exercício profissional da Auditoria Interna abordam, entre outras coisas, diretrizes para a execução de duas atividades típicas para um auditor interno: avaliação (assurance) e consultoria.

No que tange a essas duas atividades, é correto afirmar que:

- (A) a natureza e o escopo do trabalho de avaliação (assurance) estão sujeitos a um acordo com o cliente do trabalho;
- (B) as responsabilidades do auditor interno nos trabalhos de avaliação (assurance) e consultoria são equivalentes;
- (C) geralmente há duas partes envolvidas nas atividades de avaliação (assurance): quem efetua a avaliação – o auditor interno e quem utiliza a avaliação – o usuário;
- (D) o escopo dos trabalhos de consultoria é determinado pelo auditor interno;
- (E) os serviços de consultoria em geral envolvem duas partes: quem fornece a consultoria – o auditor interno e quem contratou – o cliente do trabalho.

5

Em um trabalho de Auditoria Interna, a atividade de revisão da documentação de auditoria para determinar se o objeto foi suficiente e adequadamente auditado está relacionada:

- (A) à execução da auditoria, no âmbito dos princípios relativos ao processo de auditoria;
- (B) ao princípio geral do ceticismo profissional;
- (C) ao princípio geral do controle de qualidade;
- (D) ao relatório e monitoramento, no âmbito dos princípios relativos ao processo de auditoria;
- (E) aos princípios gerais do julgamento e devido zelo.

6

A estrutura do Relatório do auditor independente abordada na NBC TA 700 especifica a apresentação em seções que incluem título, destinatário, opinião do auditor, base para opinião, principais assuntos de auditoria, responsabilidades pelas demonstrações contábeis e responsabilidades do auditor.

Na seção que trata da opinião do auditor, é dispensável:

- (A) afirmar que as demonstrações contábeis foram auditadas;
- (B) especificar a data ou o período de cada demonstração que compõe as demonstrações contábeis;
- (C) fazer referência às notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis;
- (D) identificar a entidade cujas demonstrações contábeis foram auditadas;
- (E) identificar a moeda de apresentação das demonstrações contábeis auditadas.

7

A não obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião implica que o auditor:

- (A) expresse uma opinião adversa, se concluir também que as distorções são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis;
- (B) expresse uma opinião com parágrafo de ênfase, se concluir também que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizados;
- (C) expresse uma opinião com ressalva, se concluir também que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados;
- (D) expresse uma opinião não modificada, se concluir também que as distorções são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis;
- (E) se abstenha de opinar, se concluir também que as distorções poderiam ser relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis.

8

Nas auditorias, os papéis de trabalho são elaborados com diversos objetivos, entre eles auxiliar o auditor na execução dos procedimentos planejados. Os papéis de trabalho também são de natureza corrente ou permanente, a depender das características da informação que registram.

Um exemplo de papel de trabalho corrente é:

- (A) cartões de assinaturas de pessoas responsáveis pela aprovação de transações;
- (B) cópias de atas de reuniões cujas decisões se estendem por mais de um exercício social;
- (C) cópias de contratos de assistência técnica;
- (D) legislações específicas aplicáveis à entidade auditada;
- (E) questionário de controle interno.

9

A revisão analítica constitui uma forma essencial de teste substantivo nos trabalhos de auditoria, e uma das suas características é que:

- (A) é limitada pela complexidade da estrutura das demonstrações contábeis;
- (B) não é aplicável para fins comparativos com os trabalhos de anos anteriores;
- (C) pode ser aplicada no planejamento, execução e revisão do trabalho de auditoria;
- (D) se aplica à avaliação da qualidade dos controles internos;
- (E) utiliza as técnicas de aplicação de questionários e entrevistas.

10

Os procedimentos de auditoria são um conjunto de técnicas executadas pelo auditor para colher evidências sobre o objeto auditado. Os procedimentos são definidos pelo auditor de acordo com as características do objeto ou transação.

Nos casos em que é preciso confirmar e examinar valores relativos a dinheiro em conta-corrente bancária e a despesa com folha de pagamento, os procedimentos de auditoria adotados são, respectivamente:

- (A) circularização e revisão analítica;
- (B) circularização e inspeção de documentos;
- (C) correlação de informações e revisão analítica;
- (D) conferência de cálculos e correlação de informações;
- (E) inspeção de documentos e conferência de cálculos.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

11

A realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos é um mecanismo associado ao princípio do(a):

- (A) equilíbrio orçamentário;
- (B) exclusividade orçamentária;
- (C) realismo orçamentário;
- (D) transparência;
- (E) universalidade.

12

Considere o detalhamento das receitas arrecadadas por um ente até o sexto bimestre de um exercício financeiro, especificado por origem.

Origem da receita	Valor realizado
Receita Industrial	R\$ 25.950,00
Alienação de Bens	R\$ 30.650,00
Amortização de Empréstimos	R\$ 76.200,00
Receita Patrimonial	R\$ 132.750,00
Receita de Serviços	R\$ 174.600,00
Operações de Crédito	R\$ 278.000,00
Outras receitas correntes	R\$ 1.220.000,00
Contribuições	R\$ 3.892.000,00
Transferências Correntes	R\$ 6.367.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 10.678.000,00

As receitas que serão consideradas na apuração da receita corrente líquida totalizam:

- (A) R\$ 11.062.850,00;
- (B) R\$ 12.090.300,00;
- (C) R\$ 22.357.550,00;
- (D) R\$ 22.490.300,00;
- (E) R\$ 22.875.150,00.

13

Os critérios de classificação da despesa pública foram concebidos para fornecer diferentes perspectivas do gasto público para subsidiar as atividades de controle interno e externo.

Considere as perguntas a seguir.

O que se pretende alcançar com a implementação da política pública?
 O que será produzido ou prestado?
 Como será mensurado?

A classificação da despesa que tem mais subsídios para responder a essas perguntas é:

- (A) funcional;
- (B) institucional;
- (C) por natureza;
- (D) estrutura programática;
- (E) por esfera orçamentária.

14

Para que se possa proceder à adequada classificação quanto à natureza da despesa e garantir que a informação contábil seja fidedigna, o primeiro passo é identificar se o registro do fato é de caráter orçamentário ou extraorçamentário.

Os registros de despesas de caráter extraorçamentário:

- (A) devem seguir a classificação da despesa por natureza;
- (B) não necessitam de autorização legislativa para que os respectivos pagamentos sejam efetuados;
- (C) não são considerados no cálculo do superávit/déficit financeiro do balanço patrimonial;
- (D) não são incluídos na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso;
- (E) se distinguem de desembolsos de recursos de terceiros em poder do ente público.

15

Analise a estrutura do quadro a seguir.

Ação	Produto/Unidade de Medida	Regionalização	Meta	
			Física	Financeira (R\$ 1,00)

As informações a serem detalhadas na estrutura do quadro apresentado são conteúdos típicos do(a):

- (A) Anexo de Metas Fiscais;
- (B) Cronograma de Execução Mensal de Desembolso;
- (C) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) Lei Orçamentária Anual;
- (E) Plano Plurianual.

16

Para fins de controle da execução orçamentária, o registro de receitas e despesas segue os dispositivos da Lei nº 4.320/1964.

Esses dispositivos orientam que:

- (A) despesas que não cumprem todos os estágios de execução são anuladas ao final do exercício;
- (B) o empenho de despesa depende da ocorrência do fato gerador;
- (C) o regime de reconhecimento da receita é mais restritivo do que o da despesa;
- (D) receitas e despesas são reconhecidas com base no mesmo regime;
- (E) receitas lançadas e não arrecadadas são incorporadas na estimativa do exercício seguinte.

17

O processo orçamentário a que estão sujeitos os entes públicos, conforme a legislação brasileira, é cíclico.

Uma das particularidades do processo orçamentário é que:

- (A) os atos estão sujeitos a controle interno e externo;
- (B) as competências dos poderes são alternadas a cada ciclo;
- (C) o ciclo começa com a aprovação da lei de diretrizes orçamentárias;
- (D) a execução do plano plurianual coincide com o período de um mandato eletivo;
- (E) os prazos de elaboração e aprovação dos orçamentos são os mesmos para todos os entes federativos.

18

Os créditos adicionais abertos para atender despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica:

- (A) dispensam aprovação legislativa prévia;
- (B) dispensam a classificação da despesa aplicada aos créditos orçamentários iniciais;
- (C) independem de indicação de fonte de recursos para a sua abertura;
- (D) podem ser autorizados na lei orçamentária anual;
- (E) têm vigência até o final do exercício em que foram abertos.

19

Suponha que o orçamento de um ente para um dado exercício financeiro foi aprovado no montante de R\$ 50 milhões. Durante a execução orçamentária, houve 5% de frustração na arrecadação, 90% dos créditos iniciais foram empenhados, não foram abertos créditos adicionais, foram liquidadas despesas no montante de R\$ 38 milhões e os pagamentos atingiram R\$ 35 milhões.

Considerando apenas as informações fornecidas, o valor das despesas empenhadas cujo direito do credor ainda NÃO foi verificado representa:

- (A) R\$ 2,5 milhões;
- (B) R\$ 3 milhões;
- (C) R\$ 5 milhões;
- (D) R\$ 7 milhões;
- (E) R\$ 10 milhões.

20

Ao final do 3º quadrimestre de um exercício financeiro em um Estado da Federação, foi apurado um saldo de Dívida Consolidada Líquida (DCL) no valor de R\$ 28,4 milhões.

Para que o ente não ultrapasse o limite de endividamento, a Receita Corrente Líquida apurada no mesmo período deve ser de pelo menos:

- (A) R\$ 14,2 milhões;
- (B) R\$ 23,7 milhões;
- (C) R\$ 47,4 milhões;
- (D) R\$ 56,8 milhões;
- (E) R\$ 177,5 milhões.

AUDITORIA DE OBRAS RODOVIÁRIAS

21

Para o desenvolvimento de um projeto de pavimentação, uma das etapas principais é a definição do número N.

De acordo com a Publicação IPR-723 do DNIT, para o projeto de uma pista simples em pavimento flexível, com duas faixas de tráfego, esse número representa:

- (A) a quantidade total de veículos pesados que passarão em uma das faixas da rodovia;
- (B) o número de repetições equivalentes de um eixo padrão que passará em uma das faixas da pista;
- (C) o número de repetições equivalentes de um eixo padrão que passará em todas as faixas da pista;
- (D) a quantidade total de veículos previstos para passar em uma das faixas da pista;
- (E) a quantidade total de veículos previstos para passar em todas as faixas da pista.

22

De acordo com a Publicação IPR-726 do DNIT, o Projeto de Terraplanagem deve contemplar ações de boa técnica e de proteção do meio ambiente.

É um exemplo de ação que incorpora essas premissas:

- (A) as seções transversais das ocorrências de material das escavações para empréstimos e bota-foras serão projetadas de modo que o terreno escavado permaneça na sua cota após a exploração;
- (B) as áreas para bota-foras deverão estar localizadas, preferencialmente, em áreas situadas a montante da rodovia, para evitar que o escoamento das águas pluviais carregue o material depositado;
- (C) o material para aterros deve ser obtido, sempre que possível, por meio de alargamento dos cortes; caso não seja factível, procurar empréstimos fora da faixa de domínio;
- (D) se o volume de corte for maior que o volume necessário para aterro no mesmo segmento, o aterro deve ser realizado preferencialmente com material de compensação longitudinal;
- (E) quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-lo ao corpo dos aterros, mediante compensação de cortes e aterros, serão indicadas áreas para bota-foras, recomendando-se que esse material permaneça em seu estado solto para facilitar sua incorporação à situação local.

23

A norma DNIT 111/2009 – EM define as principais características do cimento asfáltico modificado por borracha de pneus inservíveis pelo processo via úmida, do tipo “Terminal Blending”.

De acordo com essa norma:

- (A) o teor mínimo de borracha, como referência, é de 15% em peso, incorporado ao ligante asfáltico por via úmida;
- (B) o tempo máximo e as condições de armazenamento e estocagem do asfalto-borracha devem ser definidos por um laboratório independente;
- (C) a parcela de borracha moída de pneus inservíveis, para ser incorporada ao ligante, é composta por partículas retidas na peneira #40;
- (D) nesse processo é possível substituir parte dos agregados miúdos pela borracha moída de pneus inservíveis;
- (E) o asfalto-borracha deve ser homogêneo e pode possuir, no máximo, 1% de água em sua composição.

24

Para a execução do serviço de concreto asfáltico, tem-se como referência a norma DNIT 031/2006 – ES.

De acordo com esse documento:

- (A) um projeto de mistura com teor de ligante de 4,5% admite, no máximo, usinagens de concreto asfáltico de 4,0% a 5,0%;
- (B) a composição granulométrica da faixa C é a mais indicada para camadas de ligação (binder);
- (C) para a execução de 4 cm de concreto asfáltico, o diâmetro máximo da faixa granulométrica a ser utilizada deve ser superior a 25 mm;
- (D) o concreto asfáltico somente deve ser fabricado, transportado e aplicado quando a temperatura ambiente for superior a 10°C;
- (E) para a execução de 4 cm de concreto asfáltico, admite-se uma espessura de 3,6 cm dos corpos de prova extraídos em pista.

25

Um dos maiores defeitos que o pavimento pode apresentar é a fadiga do seu revestimento asfáltico. A norma DNIT 183/2018 – ME descreve o modo pelo qual se determina o comportamento de misturas asfálticas quanto à fadiga sob um carregamento repetido, à tensão constante, usando o ensaio de compressão diametral de tração indireta.

Nesse método de ensaio:

- (A) se o coeficiente de determinação (R²) da curva, resultante de 12 corpos de prova, for menor que 0,8, deve-se aumentar o número de corpos de prova ensaiados, para tentar melhorar o ajuste;
- (B) é recomendável utilizar, durante o ensaio, níveis de tensão acima de 40% da resistência à tração da mistura, para simular as cargas reais;
- (C) a frequência de aplicação das cargas deve ser de 10 Hz;
- (D) o ensaio padrão deve ser executado à temperatura de 15°C, na câmara de temperatura controlada;
- (E) a vida de fadiga deve ser determinada como o número total de aplicações de carga que cause uma deformação crítica do corpo de prova, sem, no entanto, rompê-lo.

26

Um engenheiro utilizou uma composição de compactação de aterros a 100% da energia Proctor Normal, conforme descrito a seguir.

Equipamento	Quant.	Utilização produtiva	Utilização improdutivo
Caminhão-tanque	1	0,9	0,1
Trator agrícola com grade de discos	1	0,55	0,45
Motoniveladora	1	0,30	0,70
Rolo compactador pé de carneiro	1	1,0	0,0

Se a produtividade do rolo compactador for de 180 m³/hora, as produtividades máximas da grade de discos e da motoniveladora serão, respectivamente:

- (A) 49,5 m³/hora e 54 m³/hora;
- (B) 99 m³/hora e 180 m³/hora;
- (C) 99 m³/hora e 54 m³/hora;
- (D) 49,5 m³/hora e 108 m³/hora;
- (E) 180 m³/hora e 108 m³/hora.

27

Entre os custos a seguir, pode ser considerado como custo indireto:

- (A) aquisição de óleo diesel para equipamentos de terraplanagem;
- (B) aquisição de insumos para usinagem de CBUQ a ser aplicado na obra;
- (C) controle tecnológico de misturas e ligantes asfálticos no laboratório local da empresa;
- (D) pagamento da Previdência Social dos operadores de equipamentos;
- (E) construção do escritório local da empresa no canteiro de obras.

28

O gerente de um contrato recebeu a sequência abaixo, que mostra os serviços a serem executados em uma obra de pavimentação.

Id	Serviço	Antecessor(es) + folga	Duração
1	Fresagem	-	15 dias
2	Limpeza e varrição da pista	(1) + 2 dias	5 dias
3	Reforma de meios-fios	(1)	3 dias
4	Pintura de ligação	(2) e (3)	2 dias
5	Lançamento de CBUQ	(4) + 1 dia	30 dias
6	Microrrevestimento asfáltico	(5) + 2 dias	15 dias

O gerente concluiu corretamente que a duração total da obra ficará entre:

- (A) 75 e 78 dias;
- (B) 71 e 74 dias;
- (C) 68 e 70 dias;
- (D) 64 e 67 dias;
- (E) 60 e 63 dias.

29

Analise a seguir alguns registros extraídos do diário de obras da empresa XYZ Construtora S/A, considerando que a obra está estaqueada a cada 20 m.

- Dia 20/04/2018: Execução de 400 m de base de brita graduada (pista de 7,2 m); a partir da estaca 10, ensaios de compactação executados nas estacas 15 + 10,00 m e 25 + 15,00 m;
- Dia 21/04/2018: Sábado; sem expediente;
- Dia 22/04/2018: Domingo; sem expediente;
- Dia 23/04/2018: Execução de 1440 m² (400 m de extensão X 3,6 m de pista) de imprimação com CM-30; Execução de aplicação de CBUQ sobre 200 m de meia pista que foi imprimada no mesmo dia;
- Dia 24/04/2018: Execução de aplicação de CBUQ sobre 200 m de meia pista imprimada no dia anterior;
- Dia 25/04/2018: Execução de aplicação de CBUQ sobre o restante da meia pista não imprimada anteriormente.

Da análise das páginas do diário de obras acima e do caderno de encargos, é correta a seguinte conclusão:

- (A) ensaios de controle de base insuficientes de acordo com a norma;
- (B) período de cura do asfalto diluído obedecido adequadamente antes da aplicação do CBUQ;
- (C) lançamento e aplicação de CBUQ de forma incorreta em parte da pista;
- (D) lançamento e aplicação de CBUQ de forma adequada em toda a pista;
- (E) período de cura do asfalto diluído obedecido adequadamente antes da execução da base.

30

Para a execução de uma obra rodoviária, sua empresa deverá licenciar a operação de um areal. Estudos preliminares já aprovados pelo órgão de controle ambiental apontam duas opções. Esse órgão emitiu termo de referência para avaliação dos impactos ambientais das duas alternativas e o estudo gerou as listagens ponderais apresentadas nas tabelas I e II.

Observação: os valores de magnitude e importância variam de 0 a 5.

Listagem	Importância	Magnitude	Natureza
Ruído	2,0	3,0	-1,0
Desmatamento, erosão e assoreamento	4,0	2,0	-1,0
Odores	1,0	1,0	-1,0
Poluição do lençol freático	4,0	1,0	-1,0
Geração de empregos	3,0	1,0	1,0

Listagem	Importância	Magnitude	Natureza
Ruído	1,0	2,0	-1,0
Desmatamento, erosão e assoreamento	3,0	3,0	-1,0
Odores	1,0	2,5	-1,0
Poluição do lençol freático	4,0	1,0	-1,0
Geração de empregos	3,0	1,5	1,0

Baseado nessa análise, buscando a solução de maior qualidade, a decisão do órgão ambiental deve se pautar na seguinte opção:

- (A) tabela I, com índice ambiental 22;
- (B) tabela I, com índice ambiental -16;
- (C) tabela II, com índice ambiental 22;
- (D) tabela II, com índice ambiental -13;
- (E) as duas opções apresentam índice ambiental equivalente.

31

Plataformas Elevatórias Móveis de Trabalho (PEMT) ou Plataformas de Trabalho Aéreo (PTA) são equipamentos móveis, autopropelidos ou não, dotados de estação de trabalho, cesto ou plataforma, e sustentados por hastes metálicas, lanças ou tesouras, capazes de ascender para atingir ponto ou local de trabalho elevado, e estão entre as formas mais seguras de realização de serviços em altura.

Sobre as características e regras de utilização das PEMT no canteiro de obras ou nas frentes de serviço, analise as afirmativas a seguir.

- I. A PEMT deve ser dotada de dispositivo de emergência que possibilite baixar o trabalhador e a plataforma até o solo em caso de pane elétrica, hidráulica ou mecânica.
- II. No emprego da PEMT é permitido o uso de pranchas, escadas e outros dispositivos que visem a atingir maior altura ou distância sobre ela.
- III. A PEMT, como qualquer outro equipamento de guindar, deve ser utilizada de acordo com o plano de carga, elaborado por profissional legalmente habilitado e contemplado no Programa de Gestão de Riscos do canteiro de obras.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

32

O desempenho funcional de um pavimento pode ser inferido por meio do levantamento de irregularidades e a formação de índices estatísticos. Entre os vários indicadores existentes, um dos mais adotados é o IRI (*International Roughness Index*).

O IRI corresponde a uma boa condição do pavimento quando:

- (A) $IRI \leq 2,7$ m/km;
- (B) $IRI \leq 6,3$ m/km;
- (C) $6,3$ m/km \leq $IRI \leq 12,5$ m/km;
- (D) $IRI \geq 4,6$ m/km;
- (E) $IRI \geq 10,0$ m/km.

AUDITORIA DE OBRAS DE EDIFICAÇÕES

33

Para executar o serviço de 1 m² de chapisco aplicado em alvenaria e estruturas de concreto de fachada, são necessários 0,005 m³ de argamassa traço 1:3, 0,10 h de pedreiro e 0,05 h de servente. Para executar 1 m³ de argamassa traço 1:3 em betoneira, são necessários 1 m³ de areia grossa, 500 kg de cimento e 5 h de operador de betoneira.

A tabela abaixo mostra os custos dos materiais a serem utilizados.

Item	Custo
Areia grossa (m ³)	R\$ 50,00
Cimento (saco 50 kg)	R\$ 40,00

O valor que será gasto, em materiais, ao se chapiscar uma parede de alvenaria de 6 m de largura e 3 m de altura é:

- (A) R\$ 90,00;
- (B) R\$ 72,25;
- (C) R\$ 54,50;
- (D) R\$ 40,50;
- (E) R\$ 33,75.

34

A construção de um empreendimento tem duração prevista de vinte e quatro meses. Seu orçamento de mão de obra de administração local, em reais, com um engenheiro sênior, um engenheiro júnior e dois topógrafos, é descrito abaixo.

QUANT.	UNID.	MÃO DE OBRA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
24	MÊS	ENG. CIVIL SÊNIOR	25.000	600.000
24	MÊS	ENG. CIVIL JÚNIOR	15.000	360.000
48	MÊS	TÉC. DE EDIFICAÇÕES	6.000	288.000
		TOTAL		1.248.000

No fim do décimo mês, a empresa contratada para o empreendimento executou apenas 80% do previsto para o período.

Se esse atraso for causado exclusivamente pelo contratado, o engenheiro fiscal do órgão contratante deve então pagar à empresa contratada, até o fim do décimo mês, um valor entre:

- (A) R\$ 300.000,00 e R\$ 400.000,00;
- (B) R\$ 400.000,00 e R\$ 600.000,00;
- (C) R\$ 600.000,00 e R\$ 750.000,00;
- (D) R\$ 750.000,00 e R\$ 900.000,00;
- (E) R\$ 900.000,00 e R\$ 1.000.000,00.

35

Um ente contratado emprega, para concretar uma laje de cobertura, um concreto com resistência característica à compressão abaixo do especificado no caderno de encargos ou nas especificações técnicas do contrato, causando o desabamento da laje e grave dano à administração do órgão em que você trabalha.

Sabendo-se que o contrato é de R\$ 2 milhões, você, como encarregado do processo administrativo que busca sancionar a empresa, pode, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, recomendar ao ordenador de despesas a aplicação da seguinte sanção:

- (A) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo de dois anos;
- (B) multa de R\$ 800 mil;
- (C) multa de R\$ 5 mil;
- (D) multa de R\$ 50 mil;
- (E) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de cinco anos.

36

A tabela abaixo mostra o cronograma estimativo de uma obra de construção civil com conclusão prevista para dez meses.

I	Projeto
II	Escavação
III	Estrutura
IV	Alvenaria
V	Acabamentos
VI	Pintura

Etapas	1	2	3	4	5
I	1.000				
II		500	500		
III		1.000	1.000	1.000	
IV				500	500
V					1.000
VI					
TOTAL	1.000	1.500	1.500	1.500	1.500
Etapas	6	7	8	9	10
I					
II					
III					
IV	1.000				
V	1.000	2.000	1.000	1.000	
VI			500	500	1.000
TOTAL	2.000	2.000	1.500	1.500	1.000

Considerando o que foi apresentado, o previsto para essa obra é que, ao final do sexto mês, a ordenada da curva S referente a esse cronograma seja de:

- (A) R\$ 1.500,00;
- (B) R\$ 3.000,00;
- (C) R\$ 6.000,00;
- (D) R\$ 7.500,00;
- (E) R\$ 9.000,00.

37

Vida útil de projeto (VUP) é o período estimado para o qual um sistema de edificação habitacional deve ser projetado a fim de atender aos requisitos de desempenho estabelecidos pela norma ABNT NBR 15575, supondo ainda o atendimento à correta execução dos processos de manutenção. Sabe-se, por exemplo, que a VUP mínima da estrutura de uma edificação habitacional é de 50 anos.

Assim, a VUP mínima das instalações hidrossanitárias, de combate a incêndio, do revestimento de fachada e das esquadrias externas, deve ser maior ou igual a:

- (A) 5 anos;
- (B) 10 anos;
- (C) 20 anos;
- (D) 35 anos;
- (E) 50 anos.

38

Um sistema de impermeabilização pode ser composto por um conjunto de camadas com funções específicas. Relacione os termos com as respectivas definições mais apropriadas.

1. camada de impermeabilização
2. camada de amortecimento
3. camada drenante

() estrato com a função de absorver e dissipar os esforços atuantes por sobre a camada impermeável, de modo a protegê-la contra a ação deletéria destes esforços;

() estrato com a função de favorecer a aderência da camada impermeável, aplicado ao substrato a ser impermeabilizado;

() estrato com a função de facilitar o escoamento de fluidos que atuam junto à camada impermeável.

A relação correta, de cima para baixo, é:

- (A) 1 – 2 – 3;
- (B) 1 – 3 – 2;
- (C) 2 – 1 – 3;
- (D) 2 – 3 – 1;
- (E) 3 – 1 – 2.

39

A seguir apresentam-se os resultados dos ensaios à compressão de seis exemplares de um lote de 50 m³ de um concreto usinado, utilizado para a concretagem das lajes de um pavimento de um edifício, tendo-se colhido e ensaiado dois corpos de prova (CP) para cada exemplar.

Exemplar	Resistência à compressão (MPa)	
	CP1	CP2
1	26,2	24,6
2	30,1	28,9
3	26,0	24,3
4	28,3	29,6
5	27,0	28,2
6	24,9	26,1

A partir dos dados apresentados, é correto afirmar que:

- (A) não é possível estimar a resistência característica do concreto porque o número de exemplares é insuficiente;
- (B) o concreto executado atenderia à especificação de concreto de classe de resistência C30;
- (C) o concreto executado atenderia à exigência de um projeto estrutural que determinasse $f_{ck} \geq 25\text{MPa}$;
- (D) o valor de $f_{ck,est}$ é igual a 24,3 MPa;
- (E) o valor de $f_{ctk,inf}$ é igual a 24,3 MPa.

40

Para uma cobertura de vidro foi especificado um vidro insular, composto de uma placa de vidro temperado (externa e superior) e uma placa de vidro laminado de segurança (interna e inferior).

Sobre as características desse vidro especificado, é correto afirmar que:

- (A) o vidro da placa inferior é obtido por fundição e laminação contínuas onde se incorpora, durante a fabricação, uma malha de arame de aço;
- (B) o vidro da placa inferior pode ser composto por duas placas separadas por um espaçador, constituindo uma câmara de ar estanque;
- (C) o vidro da placa superior pode ser composto por duas chapas de vidro *float* com uma camada intermediária para reter os fragmentos de vidro e limitar o tamanho da abertura;
- (D) o vidro da placa superior foi submetido a tratamento térmico, consistindo num aquecimento seguido de rápido resfriamento;
- (E) o vidro descrito não pode ser utilizado em aplicações não verticais.

41

Com relação ao Item 7.4 da ABNT NBR 6118:2014, “Qualidade do concreto de cobrimento”, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () O concreto usado em estruturas de concreto protendido em ambientes com classe de agressividade ambiental IV não pode ter sua resistência característica à compressão menor que 35 MPa.
- () O concreto usado em estruturas de concreto armado em ambientes com agressividade considerada forte não pode ter sua resistência característica à compressão menor que 30 MPa.
- () O concreto usado em estruturas de concreto protendido em ambientes rurais não pode ter sua resistência característica à compressão menor que 25 MPa.

A sequência correta é:

- (A) V – F – V;
- (B) F – V – F;
- (C) V – V – F;
- (D) F – F – V;
- (E) F – V – V.

42

Com relação ao item 13.2 da ABNT NBR 6118:2014, “Dimensões-límites”, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () A seção transversal das vigas não pode apresentar largura menor que 15 cm e a das vigas-parede, menor que 20 cm.
- () A espessura mínima das lajes maciças é a que suporta veículos de peso total maior que 30 kN.
- () A espessura da mesa de lajes nervuradas, quando não existirem tubulações horizontais embutidas, deve ser maior ou igual a 1/10 da distância entre as faces das nervuras e não menor que 5 cm.

A sequência correta é:

- (A) V – F – V;
- (B) F – V – F;
- (C) V – V – F;
- (D) F – F – V;
- (E) F – V – V.

43

De acordo com as definições da ABNT NBR 6122:2019, “Projeto e execução de fundações”, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () Estaca Strauss é aquela executada por perfuração do solo com uma sonda ou piteira e revestimento total com camisa metálica, realizando-se gradativamente o lançamento e apiloamento do concreto, com retirada simultânea do revestimento.
- () Nega é a medida de penetração permanente de uma estaca, causada pela aplicação de um golpe de martelo ou pilão, sempre relacionada com a energia de cravação.
- () Solos colapsíveis são aqueles que apresentam deformações elevadas quando solicitados por sobrecargas pouco significativas ou mesmo por efeito de carregamento devido ao seu peso próprio.

A sequência correta é:

- (A) V – F – V;
- (B) F – V – F;
- (C) V – V – F;
- (D) F – F – V;
- (E) F – V – V.

44

Com relação às definições e determinações da ABNT NBR 6492:1994, “Representação de projeto de arquitetura”, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () Planta de locação é aquela que compreende o partido arquitetônico como um todo, em seus múltiplos aspectos. Pode conter informações específicas em função do tipo e porte do programa, assim como para a finalidade a que se destina.
- () Planta de situação é aquela que compreende o projeto como um todo, contendo, além do projeto de arquitetura, as informações necessárias dos projetos complementares, tais como movimento de terra, arruamento, redes hidráulica, elétrica e de drenagem, entre outros.
- () Planta de edificação é a vista superior do plano secante horizontal, localizado a, aproximadamente, 1,50 m do piso em referência. A altura desse plano pode ser variável para cada projeto de maneira a representar todos os elementos considerados necessários.

A sequência correta é:

- (A) V – F – V;
- (B) F – V – F;
- (C) V – V – F;
- (D) F – F – V;
- (E) F – V – V.

AUDITORIA DE OBRAS HÍDRICAS

45

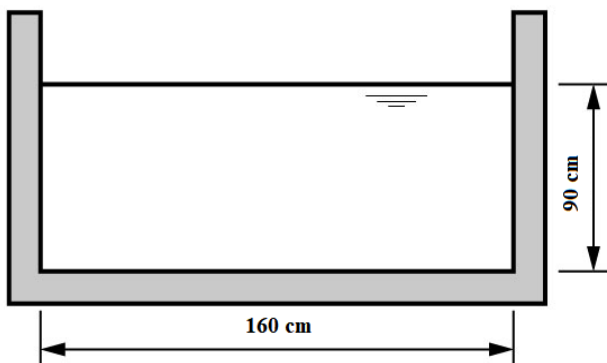
O serviço de dragagem consiste na limpeza, desassoreamento, alargamento, desobstrução, remoção, derrocamento ou escavação de material do fundo de rios, lagoas, mares, baías e canais.

Em relação ao serviço descrito, é correto afirmar que:

- (A) as escavações em canais fluviais não podem ser realizadas a partir da margem, realizam-se por equipamentos flutuantes;
- (B) as dragagens efetuadas para implantação de um determinado gabarito geométrico diferem das dragagens de manutenção, efetuadas sistematicamente para manter o gabarito;
- (C) aprofundamentos superiores a 50% das lâminas d'água médias originais garantem a dispensabilidade de manutenções frequentes;
- (D) a minimização das distâncias de transporte dos dragados (bota-fora) não gera impactos econômicos significativos no longo prazo;
- (E) o gabarito de navegação especificado não influencia os objetivos de uma dragagem.

46

O raio hidráulico é um parâmetro importante no dimensionamento de canais, dutos, tubos e outros componentes das obras hidráulicas.



O valor do raio hidráulico do canal retangular esquematizado acima é:

- (A) 31,77 cm;
- (B) 32,75 cm;
- (C) 40,10 cm;
- (D) 40,75 cm;
- (E) 42,35 cm.

47

Os processos de extração de minérios geram resíduos sólidos e água. Para evitar danos ambientais provenientes desses rejeitos, é necessário um reservatório denominado barragem de rejeitos. Quando, eventualmente, faz-se necessária a ampliação da capacidade de armazenamento de uma barragem de rejeitos, são construídos alteamentos.

Acerca dos alteamentos, é correto afirmar que:

- (A) no alteamento a jusante não há necessidade da construção de um dique de partida;
- (B) o método para montante foi desenvolvido para reduzir os riscos de liquefação em zonas de atividade sísmica; sendo assim, é o mais conservador entre os métodos;
- (C) a desvantagem do alteamento a montante em relação ao alteamento a jusante é o alto custo dos alteamentos, já que, no primeiro, há um maior volume de aterro necessário;
- (D) o método para jusante é o mais simples e de mais baixo custo de construção, entretanto, está associado à maioria dos casos de ruptura de barragens de rejeitos por todo o mundo;
- (E) o método de alteamento na linha de centro possui maior estabilidade do que uma barragem alteada a montante e não requer um grande volume de materiais, como no alteamento a jusante.

48

É possível diferenciar quatro formas de se aplicar água à cultura e, assim, definir quatro métodos principais de irrigação.

Em relação aos métodos de irrigação, é correto afirmar que:

- (A) na irrigação por aspersão, a aplicação da água é realizada em uma área limitada da superfície do solo, preferencialmente dentro da área sombreada pela copa das plantas;
- (B) na irrigação por superfície, se utiliza a superfície do solo de forma parcial ou total para a aplicação da água por ação da gravidade;
- (C) na irrigação subterrânea, a água é aplicada acima da superfície do solo, dentro do volume explorado pelas folhas das plantas;
- (D) na irrigação localizada, a água é aplicada sobre a folhagem da cultura e acima do solo (na forma de chuva);
- (E) na irrigação por aspersão, a água é aplicada sobre a área plantada e limitada por diques.

49

Uma fossa séptica possui um volume de $12,76 \text{ m}^3$, dimensionado segundo a ABNT NBR 7229. Os parâmetros utilizados no dimensionamento foram: contribuição per capita de esgotos de $100 \text{ l / (hab.dia)}$, o projetista usou um período de detenção dos esgotos "T" de 0,50 dias; uma taxa total de acumulação de lodo "K" de 97 dias; e uma contribuição de lodo fresco L_f de $1,0 \text{ l / (hab.dia)}$.

Dessa forma, o projetista dimensionou essa fossa para atender a uma população de:

- (A) 60 habitantes;
- (B) 80 habitantes;
- (C) 100 habitantes;
- (D) 120 habitantes;
- (E) 140 habitantes.

50

Na auditoria do projeto de um decantador retangular convencional de uma estação de tratamento de esgoto, verificou-se que a velocidade de sedimentação crítica v_s , obtida de ensaios com cone de Imhoff, era 0,012 m/s.

Já havia sido definido pelo contratante que a velocidade de escoamento longitudinal V_e seria 0,05 m/s. O projeto arquitetônico, buscando uniformizar as fundações, definiu a altura do decantador em 3 m e a largura em 6 m. O terreno da ETE era suficiente para diversos arranjos de comprimento do reator.

Nesse caso, o menor comprimento do decantador projetado para obter uma remoção de 100% das partículas presentes na amostra do ensaio com cone deve ser de:

- (A) 8,0 m;
- (B) 10,4 m;
- (C) 12,5 m;
- (D) 15,0 m;
- (E) 16,8 m.

51

Buscando solucionar um problema de inundações em um município lindeiro, o Plano de Recursos Hídricos aprovado pela bacia hidrográfica optou por construir um reservatório de regularização a montante do município.

As vazões afluentes à seção transversal do local definido para o reservatório, em um ano crítico de projeto, são:

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Q (m ³ /mês)	5313600	4665600	4147200	3110400	2592000	4276800
Mês	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Q (m ³ /mês)	4665600	1814400	2073600	2073600	3888000	4924800

Estudos apontaram que a vazão regularizada no reservatório que evita inundações a jusante é de 1.400 L/s.

Dessa forma, o volume mínimo do reservatório para regularizar as vazões e evitar as cheias é de:

- (A) $1,55 \times 10^6 \text{ m}^3$;
- (B) $3,24 \times 10^6 \text{ m}^3$;
- (C) $4,80 \times 10^6 \text{ m}^3$;
- (D) $4,92 \times 10^6 \text{ m}^3$;
- (E) $5,46 \times 10^6 \text{ m}^3$.

52

As medidas de controle de cheias e inundações podem ser não estruturais, estruturais, extensivas e intensivas. Algumas dessas medidas alteram o *runoff*, diminuindo o volume escoado; outras apenas contêm as águas, protegendo as bacias de inundação; e outras apenas atenuam o pico das cheias.

Constituem exemplo de medida estrutural intensiva que busca atenuar o pico das cheias, distribuindo temporalmente as águas escoadas:

- (A) os reservatórios de regularização;
- (B) as estabilizações de taludes e contenções de encostas;
- (C) os diques marginais com *polder*;
- (D) as retificações das calhas meândricas do rio;
- (E) os reflorestamentos das encostas.

GESTÃO AMBIENTAL

53

O Município Alfa, em atuação integrada entre suas Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente, está realizando campanha de conscientização ambiental nas escolas municipais. O foco da campanha é esclarecer aos alunos que compete à presente geração utilizar os recursos naturais disponíveis sem comprometer a capacidade de suporte e sobrevivência das gerações futuras, chamando a atenção para a necessidade de se repensarem os insustentáveis padrões de consumo, desperdício e produção dos dias atuais.

Nesse sentido, é correto afirmar que a política pública municipal narrada está lastreada diretamente no princípio de direito ambiental do(a):

- (A) prevenção, que tem por objetivo prevenir danos ambientais que comprometam a sustentabilidade ambiental;
- (B) precaução, que tem por objetivo evitar danos ambientais para garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- (C) equidade intergeracional, que trata da importância de se observar a solidariedade ambiental intergeracional;
- (D) responsabilidade contemporânea, que trata da importância de se exigir a reparação dos danos ambientais causados na atualidade;
- (E) poluidor-pagador, que tem por objetivo remediar e compensar danos ambientais praticados, para garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

54

O Estado Alfa, por meio de seu órgão ambiental, acabou de conceder licença ambiental para o empreendedor Beta construir e operar uma barragem de pequeno porte, para fins de abastecimento de água em zona industrial. O cidadão e eleitor local João, renomado engenheiro civil e ambiental na cidade, juntou farto material probatório no sentido de que a licença ambiental foi emitida de forma ilegal, em desacordo com as normas técnicas de regência.

Em matéria de controle social e no regular exercício de sua participação democrática, João pode buscar o Poder Judiciário, visando à anulação da licença ambiental concedida ao empreendedor Beta, por meio de:

- (A) ação civil pública, a ser ajuizada em face do empreendedor Beta e do Estado Alfa;
- (B) mandado de injunção ambiental, a ser ajuizado em face do empreendedor Beta e do Estado Alfa;
- (C) ação popular, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
- (D) mandado de segurança coletivo, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
- (E) ação penal pública, a ser ajuizada em face do sócio administrador da sociedade empresária Beta e do agente público do Estado Alfa que emitiu a licença.

55

João, com a vontade livre e consciente, desmatou e explorou economicamente floresta nativa, em terras de domínio público, sem autorização do órgão competente.

Na esfera penal, consoante dispõe a Lei nº 9.605/1998, João praticou:

- (A) infração penal de menor potencial ofensivo, com pena privativa de liberdade de até dois anos e multa, sendo possível a transação penal ambiental;
- (B) crime ambiental, com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa, e, se a área explorada for superior a mil hectares, a pena será aumentada de um ano por milhar de hectare;
- (C) crime ambiental, com pena de reclusão de doze a vinte anos e multa, e a dosimetria da pena levará em consideração a extensão do dano ambiental praticado;
- (D) infração penal de menor potencial ofensivo, com pena privativa de liberdade de até dois anos e multa, sendo imprescindível para a extinção da punibilidade a reparação integral do dano ambiental;
- (E) infração penal de médio potencial ofensivo, com pena privativa de liberdade de dois a quatro anos, sendo que quem recebe ou adquire, para fins comerciais, a madeira extraída ilegalmente incorre nas mesmas penas.

56

A Associação de Moradores do bairro Alfa apresentou representação no Ministério Público, no ano de 2015, noticiando que uma fábrica de roupas estava despejando no corpo hídrico efluentes da indústria têxtil não tratados, causando poluição. No ano de 2021, o Ministério Público ajuizou ação civil pública em face do poluidor, pleiteando a reparação pelos danos ambientais.

No caso em tela, a responsabilidade civil ambiental da sociedade empresária responsável pela poluição hídrica:

- (A) seria objetiva, diante de expressa previsão constitucional, mas já se operou a prescrição de cinco anos;
- (B) seria subjetiva, diante de expressa previsão constitucional, mas já se operou a prescrição de cinco anos;
- (C) é subjetiva, informada pela teoria do risco ambiental, e a pretensão de reparação ambiental é imprescritível;
- (D) é objetiva, informada pela teoria do risco integral, e a pretensão de reparação ambiental é imprescritível;
- (E) é objetiva, informada pela teoria do risco ambiental, e a pretensão de reparação ambiental ainda não ocorreu, pois a prescrição é vintenária.

57

João possui como sua área urbana de duzentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para a moradia de sua família. Durante todo esse período, o proprietário do imóvel que consta no cartório do Registro Geral de Imóveis nunca compareceu no local ou reclamou a propriedade.

De acordo com as normas de regência, em especial a Lei nº 10.257/2001, João:

- (A) adquirirá o domínio do imóvel, por usucapião especial urbana, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural;
- (B) adquirirá o domínio do imóvel, por usucapião coletivo, quando completar dez anos de posse, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano;
- (C) adquirirá o domínio do imóvel, por usucapião urbana, quando completar quinze anos de posse, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano;
- (D) não adquirirá o domínio do imóvel, por usucapião especial urbana, enquanto não completar todos os requisitos legais, como dez anos de posse mansa e pacífica;
- (E) não adquirirá o domínio do imóvel, por usucapião especial urbana, pois o terreno possui mais de cem metros quadrados, devendo aguardar o prazo para a usucapião ordinária.

58

A Lei nº 9.985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

A categoria de unidade de conservação que tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, sendo proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Manejo ou regulamento específico, é a:

- (A) Área de Proteção Ambiental, que faz parte do grupo das Unidades de Proteção Integral;
- (B) Estação Ecológica, que faz parte do grupo das Unidades de Proteção Integral;
- (C) Reserva Biológica, que faz parte do grupo das Unidades de Uso Sustentável;
- (D) Área de Relevante Interesse Ecológico, que faz parte do grupo das Unidades de Proteção Integral;
- (E) Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que faz parte do grupo das Unidades de Proteção Integral.

59

O empreendedor Alfa possui licença ambiental emitida pelo órgão estadual competente para operação de aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos. O Ibama recebeu notícia de que no aterro estava ocorrendo grave degradação da qualidade ambiental por descumprimento das condicionantes de licença de operação emitida pelo órgão estadual, razão pela qual compareceu ao local e lavrou auto de infração. Dias depois, o órgão estadual realizou semelhante diligência, lavrando outro auto de infração ao empreendedor exatamente pelos mesmos fatos.

No caso em tela, de acordo com a Lei Complementar nº 140/2011:

- (A) prevalecerá o auto de infração ambiental lavrado pelo Ibama, que detém atribuição concorrente para fiscalização ambiental, porque primeiro atuou no caso;
- (B) prevalecerá o auto de infração ambiental lavrado pelo órgão ambiental estadual, que detém a atribuição de licenciamento para o caso;
- (C) prevalecerá o auto de infração ambiental lavrado pelo Ibama, diante do critério de prevalência ambiental hierárquica;
- (D) incidirão ambos os autos de infração, assim como as sanções administrativas ambientais a serem aplicadas após processo administrativo;
- (E) serão anulados ambos os autos de infração, para evitar o *bis in idem*, devendo o órgão estadual ambiental proceder à nova vistoria no local e iniciar novo processo administrativo.

60

Ao analisar a legalidade da forma de prestação de serviços públicos de saneamento básico em determinados municípios sob sua jurisdição, o Tribunal de Contas Estadual verificou que o exercício da titularidade de tais serviços estava sendo realizado por gestão associada, mediante consórcio público. O TCE verificou que os Municípios interessados formalizaram consórcio intermunicipal de saneamento básico, para prestação do serviço aos seus consorciados diretamente, por meio da instituição de autarquia intermunicipal.

De acordo com a redação atual da Lei nº 11.445/2007, em tese, a medida adotada é:

- (A) ilegal, pois os Chefes dos Poderes Executivos dos Municípios podem formalizar a gestão associada para o exercício de funções relativas aos serviços públicos de saneamento básico, mas é obrigatória, em caso de convênio de cooperação, a necessidade de autorização legal;
- (B) ilegal, pois a iniciativa de consórcio intermunicipal prescinde de autorização legislativa estadual, diante da abrangência regional do serviço, e é de competência do Estado a elaboração do respectivo plano intermunicipal de saneamento básico, com metas e indicadores de desempenho e mecanismos de aferição de resultados;
- (C) legal, e o consórcio intermunicipal deve ter como objetivo, exclusivamente, o financiamento das iniciativas de implantação de medidas estruturais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais;
- (D) legal, e o consórcio intermunicipal pode ter como objetivo a formalização de contrato de programa com sociedade de economia mista ou empresa pública, ou a subdelegação do serviço prestado pela autarquia intermunicipal sem prévio procedimento licitatório;
- (E) legal, e é obrigatória a adesão dos demais titulares dos serviços públicos de saneamento de interesse local às estruturas das formas de prestação regionalizada, com vistas ao fomento da atuação integrada, cooperativa e articulada entre os Municípios envolvidos.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

